

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N°____, DE 2023

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade dos contratos da Codevasf com a empresa Cedro do Líbano Comércio de Madeiras e Materiais para Construção Ltda.

Senhora Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o Artigo 71, Inciso IV da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade dos contratos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) com a empresa Cedro do Líbano Comércio de Madeiras e Materiais para Construção Ltda., sediada em Goiânia (GO).

JUSTIFICAÇÃO

Segundo informações veiculadas recentemente pela imprensa, a empresa Cedro do Líbano Comércio de Madeiras e Materiais para Construção Ltda, com sede em Goiânia, contratada pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), é a origem de uma série de transferências



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236289339800>

* C D 2 3 6 2 8 9 3 3 9 8 0 0 *

feitas a um militar da Ajudância de Ordens da Presidência da República para pagar despesas particulares de familiares do ex-presidente da República.

As investigações feitas pela Polícia Federal desvelam uma sucessão de depósitos fracionados feitos em contas de assessores palacianos, de forma a camuflar a origem e o destino do dinheiro. Vanderlei Cardoso de Barros, pai de uma das sócias da empresa Cedro do Líbano, depositou ao menos R\$ 25.360,00 na conta bancária do segundo-sargento Luís Marcos dos Reis, que por sua vez sacava as notas em caixas eletrônicos, que seriam utilizadas para despesas pessoais dos familiares do ex-presidente da República.

O principal contrato da Cedro do Líbano é com a Codevasf, estatal que já foi alvo de operações da PF mirando corrupção em contratos no Nordeste no ano passado. No dia 1º de junho de 2022, a empresa recebeu R\$ 188 mil pela venda de quatro plantadeiras e adubadeiras mecanizadas para a Codevasf, muito embora equipamentos agrícolas não fosse seu ramo de negócios, e sim venda de madeira e materiais de construção. Também não há máquinas agrícolas à venda no site da companhia e não consta esse tipo de comércio entre suas atividades declaradas à Receita Federal. Seriam apenas curiosidades?

Frente a esses novos fatos, solicito a aprovação dos nobres parlamentares ao requerimento em tela.

Sala da Comissão, em 16 de maio de 2023.



JORGE SOLLA
Deputado Federal (PT-BA)

